

| - * continuação | | Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado) |
|--|---|--|
| <p>1. Informações Gerais</p> <p>O Estaleiro Atlântico Sul S.A. ("Companhia") foi criada em 21 de novembro de 2005. Marco na revitalização da indústria naval brasileira, atua nas áreas de engenharia, construção, montagem e serviços de assistência pós-vendas, incluindo entre outros, o fornecimento de peças sobressalentes, serviços de manutenção e reparos de navios, cascos e outros produtos da área naval. Possui capacidade tecnológica para produzir amplo portfólio de navios até 500 mil toneladas de porte bruto (TPB), contêineres e navios-sonda. Trata-se de uma sociedade anônima de capital fechado cujos sócios são grupos com tradição na indústria brasileira e internacional: Grupo Camargo Corrêa, Grupo Queiroz Galvão e Japan EAS Investimentos e Participações Ltda. O Grupo Camargo Corrêa é um dos maiores conglomerados empresariais privados brasileiros. Fundado em 1939 com presença atualmente em 18 países e forte atuação na cadeia de valor e infraestrutura, está presente em áreas como engenharia, construção, geração e distribuição de energia, concessão de serviço público, incorporação imobiliária, industrial naval e óleo e gás. No setor industrial atua em cimento, siderurgia, calçados e têxtil. (*) O Grupo Queiroz Galvão foi fundado em 1953, tem foco nos segmentos de construção, óleo e gás, participações e concessões, siderurgia, alimentos, desenvolvimento imobiliário e engenharia ambiental. Está presente em todos os estados brasileiros e em outros países da América do Sul, América Central e da África, além de Estados Unidos, Canadá e Europa. Atualmente, é uma das maiores prestadoras de serviços de perfuração e produção do Brasil, em terra e mar, em águas rasas e profundas. Desde 1996, a empresa dedica-se também a atividades de exploração e produção como concessionária de campos onshore e offshore. (*) A JEI-Japan EAS Investimentos e Participações Ltda. é um consórcio com participação da IHI Corporation, da subsidiária naval Japan Marine United Corporation e da empresa independente Japan Gasoline Corporation, companhia de engenharia especializada em projetos industriais nas áreas de refinaria e gás natural liquefeito (GNL). Todas são empresas com décadas de destacada experiência na área naval e offshore. (*) A Companhia está localizada no Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - SUAPE, no município de Ipojuca, Estado de Pernambuco, tendo condições logísticas privilegiadas em relação ao chamado "Triângulo de Ouro" da indústria de petróleo e gás, formado pelo Golfo do México, Costa Ocidental da África e pela promissora área do pré-sal, no Brasil. Ao se instalar na região Nordeste, o Estaleiro abriu uma nova fronteira para o setor naval no país, atraindo uma poderosa cadeia de negócios para a região, considerada a complexidade de fornecedores nacionais e internacionais de bens e serviços que integram o setor. (*). Do ponto de vista tecnológico, a Companhia é o único estaleiro do país a figurar no seletivo time de plantas navais de 4ª geração, a mesma dos mais modernos estaleiros asiáticos, considerados a vanguarda do setor. A Companhia tem equipamentos que estão entre os mais modernos do segmento, a exemplo de dois pórticos do tipo Goliath. Cada um destes pórticos possui 100 metros de altura (o equivalente a um prédio de 33 andares), um vão (distância) entre as "pernas" de 164 metros e capacidade de içamento de 1.500 toneladas. Esses pórticos podem operar sincronizados e, juntos, conseguem movimentar cargas de até 2.800 toneladas. (*) A Companhia tem como compromisso gerar valor efetivo aos negócios de seus clientes e acionistas, por meio da busca de níveis crescentes de produtividade com segurança, adequada gestão de custo, garantindo rentabilidade dos seus negócios e qualidade dos seus produtos de acordo com os requisitos e prazos requeridos pelos clientes. Mantém um ambiente de trabalho que valoriza o desenvolvimento de seus colaboradores, assegurando oportunidades de crescimento profissional, melhoria da qualidade de vida, segurança e promoção de saúde. (*) (*) Informações não sujeitas ao exame dos auditores independentes.</p> <p>a) Eventos operacionais relevantes: 1. A melhoria da gestão no EAS: O ano de 2015 foi marcado por mudanças importantes na organização e gestão do EAS. No que tange à organização houve redução da estrutura gerencial, com a eliminação significativa do número de diretorias; o mesmo ocorreu com o número de gerências, coordenações e supervisões, havendo ainda a supressão do nível de coordenação ou supervisão quando havia ambas. A reorganização foi complementada com o fechamento do escritório central, centralizando operações e administração de forma integrada no escritório de operações. Os resultados foram o aumento da eficiência geral da organização e a redução de custos. Cabe destacar também a melhoria da governança do EAS, com a operacionalização de fato do Comitê de Ética, do Código de Ética e do Manual Anticorrupção, propiciando um ambiente de negócio e de trabalho mais saudáveis, mais seguros e mais eficientes, no qual a transparência permeia nossas relações com todos os "stakeholders". A caminho de uma empresa cidadã, o EAS vem desenvolvendo sua ação social com o desenvolvimento do Projeto Social de Rurópolis voluntário, com "adoção" da comunidade pelos funcionários.</p> <p>2. As operações caminham para novos patamares de resultados: As áreas de operações passaram por profundas transformações, que tiveram como consequência o aumento significativo da produtividade. Várias foram as ações com destaque para a implantação do sistema de Produção do EAS ou EAS Production System - EPS. O EPS foi iniciado com a implantação das mini fábricas, como base do sistema de gerenciamento da produção com indicadores de desempenho e da melhoria geral da organização, gerando "accountability", visibilidade dos problemas, propiciando um ambiente para a solução dos problemas. Os principais ganhos de produtividade foram a expressiva redução do efetivo, das horas e dos ciclos produtivos. Houve também ganhos expressivos com a eliminação da subcontratação de vários serviços, que foram internalizados mesmo com a redução do efetivo, a exemplo da pintura de compartimentos e fabricação de tubos e acessórios. Na fase de acabamento dos navios, foram conseguidas reduções importantes nos prazos entre lançamento e prova de mar e entrega, bem com a redução significativa da duração das provas de mar, com ciclo inferior a quatro dias. Em 2015 foram entregues três navios, C.005, C.006 e C.007, e quatro navios se consideramos o período de novembro de 2014 (i.e. C.004) a dezembro de 2015. Todas as áreas de suporte a produção (e.g. Planejamento, Engenharia, Qualidade, Logística, Montagem de Andaimentos) tiveram seus efetivos ajustados à nova realidade do EAS em percentuais superiores a 50%. Foram implantadas nessas áreas várias melhorias, com destaque, dentre outras, para a implantação dos indicadores de desempenho e a gestão à vista, integração do planejamento, a implantação da Engenharia de Construção, melhoria dos controles internos e emissão de novos contratos padrão, assegurando uma maior proteção para a empresa. O ambiente de trabalho está mais seguro, tendo havido uma redução substancial no número de acidentes de trabalho, em 2015. Outro pilar importante do EPS tem sido a melhoria contínua, com as frentes dos Kaizen, dos projetos 6 sigma e do Programa Ideias a Bordo (PIB), foram apresentadas 19 mil ideias e realizados 50 projetos Kaizen. O programa 6 sigmas contou com 34 participantes e em todos os projetos registrou ganhos estimados na ordem de R\$ 30 milhões.</p> <p>3. Compromisso do EAS com o cliente: No projeto Suezmax além da entrega dos navios 005 e 006 e 007, vários foram os resultados, que levaram o relacionamento com o cliente Transpetro para um nível melhor. Quanto ao projeto Aframax, foi feita a contratação da projetista Samsung; foram mantidos os prazos do projeto e antecipamos em cerca de 7 meses a previsão do início do corte das chapas de aço.</p> <p>4. Suporte dos Acionistas: Além das ações de reestruturação, aumento de produtividade e redução de custos, o EAS tem contado com o total suporte dos seus acionistas, que ao longo de 2015 fizeram aportes importantes, contribuindo significativamente para a transição do EAS e consolidação de sua nova realidade. O suporte dos acionistas reflete a confiança na Administração e no futuro do Estaleiro Atlântico Sul S/A, e é realizado com o objetivo de munir os EAS com os recursos necessários à implementação de seu plano de reestruturação, e, consequentemente, ao fortalecimento de sua independência financeira e operacional. Em 2016 os aportes necessários para a cobertura do Capital Circulante Líquido negativo já foram aprovados pelos Acionistas, conforme nota explicativa nº 33. b) Investimentos em sociedades: b.1) <u>Consunav Rio Consultoria e Engenharia Ltda. ("Consunav"):</u> A Consunav tem como principal objeto social a prestação de serviços de engenharia na área naval, desenvolvimento de projetos de novas embarcações, consultoria e estudos, planejamento, vistorias e acompanhamento de construções de embarcações. Em função da Consunav estar inoperante, não foi incluída no processo de consolidação das demonstrações financeiras para os exercícios de 2015 e 2014. b.2) <u>EAS Inc.:</u> Constituída no Panamá, em 21 de março de 2011, com capital social subscrito de US\$ 10.500, sendo US\$ 5.183 integralizado e US\$ 5.317 a integralizar, tem como principal objeto social a execução dos contratos de construção de 7 plataformas de perfuração (Drill Ship). Informações relevantes sobre as operações dessa controlada estão descritas na nota explicativa nº 32.</p> | <p>2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis Adotadas</p> <p>2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade. 2.2 Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 2.3 Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia. Os investimentos no exterior possuem moeda funcional diferente da Controladora. Os ajustes de conversão foram considerados no patrimônio líquido da Companhia como outros resultados abrangentes. 2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira: Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia (Real) na data da transação, ou seja, na data que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente. 2.5 Principais fontes de julgamento e estimativas: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas relativas a fontes de incerteza são estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir. Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorariam a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. Provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais: A Companhia reconhece provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para contratos onerosos: Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Ver nota explicativa nº 5. 2.6 Apreciação dos resultados de construção naval: Com relação à sua operação de construção de longo prazo, as receitas e os custos são reconhecidos proporcionalmente à etapa de conclusão física na data do balanço. Geralmente, isso é mensurado na proporção que os custos do contrato são incorridos pelo trabalho executado até a data do balanço, proporcionalmente ao custo total estimado, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 17 - Contrato de construção. Caso os custos incorridos não reflitam o trabalho executado, os mesmos só são utilizados para determinação da etapa da conclusão física da obra quando se referem a materiais feitos especificamente para um determinado contrato. A margem de lucro atribuída é calculada a partir do resultado da receita total contratada deduzido dos custos e despesas totais orçadas. Quando é provável que o total dos custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais, a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado. Caso a fase de execução física da obra seja superior ao que seria correspondente aos adiantamentos realizados pelos clientes, o contas a receber é apresentado no balanço patrimonial líquido dos respectivos adiantamentos. Caso seja inferior, é apresentado um passivo denominado de adiantamentos de clientes. A abertura destes valores está demonstrada na nota explicativa nº 5. 2.7 Instrumentos financeiros: 2.7.1 Categorias: A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. No caso da Companhia, esta possui investimento temporário com esta classificação. Ativos financeiros disponíveis para venda: Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação. Empréstimos e recebíveis: São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento</p> | <p>de juros seria imaterial. No caso da Companhia compreende caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias: Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Outros passivos financeiros: São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e adiantamentos de clientes. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização cambial. 2.7.2 Mensuração: As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício. 2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.8 Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. 2.9 Investimento temporário: Trata-se de aplicação financeira restrita a contratos de empréstimos junto ao BNDES, conforme descrito na nota explicativa nº 10. E mensurado pelo custo de aquisição acrescido por juros e variação cambial, incorridos até a data das demonstrações financeiras consolidadas. 2.10 Contas a receber: Estão representadas, basicamente, pela diferença entre o contas a receber reconhecido proporcionalmente à etapa de conclusão física de cada projeto na data do balanço e os adiantamentos recebidos pelos clientes. Esta classificação é calculada para cada projeto individualmente e considera quaisquer alterações nas margens projetadas. 2.11 Despesas antecipadas: Demonstradas pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, cuja amortização ocorre linearmente considerando os prazos contratuais. 2.12 Ativos não circulantes mantidos para venda: Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificadas como destinadas à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. 2.13 Investimentos e base de consolidação: a) Investimentos em empresas controladas (controladora): Nas demonstrações financeiras individuais (controladora) a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial. b) Investimentos em empresas controladas: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia possui: • Poder sobre a investida; • Exposição, ou direitos, a retornos variáveis do seu envolvimento com a investida; e • Capacidade para usar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos. 2.14 Imobilizado: Máquinas, equipamentos e outros ativos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenções são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, demonstradas na nota explicativa nº 13. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. 2.15 Custos de empréstimos: Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. 2.16 Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. 2.17 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais. 2.18 Avaliação do valor recuperável dos ativos: Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os</p> |

—* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). 2.19 **Empréstimos e financiamentos:** Reconhecidos pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17. 2.20 **Debêntures:** Registradas pelo valor nominal, acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de encerramento do exercício. São classificadas como empréstimos, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros, e contabilizadas pelo método do custo amortizado, líquido dos custos incorridos na captação, registrados de forma destacada em conta redutora do passivo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 18. 2.21 **Tributação:** *Impostos correntes:* As receitas de construção naval, relativas às embarcações pré-registradas no Registro Especial Brasileiro - REB são equiparadas à exportação e não estão sujeitas à incidência de ICMS, do PIS e da COFINS. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. A forma de apuração dos resultados obtidos pelas pessoas jurídicas, tributadas com base no lucro real, decorrentes da execução de contratos com prazo de execução superior a um ano, de construção ou fornecimento de bens a serem produzidos, é determinada pelo Decreto-Lei nº 1.598/77. O preço predeterminado é aquele fixado contratualmente, sujeito ou não a reajustamento, para execução global e a apuração do resultado em cada período-base, e sua inclusão na determinação do lucro líquido, será feita ainda que não ocorrida a transferência de propriedade. Nesse caso é determinada parcela dos lucros apurados pela Companhia que não tenha sido recebida, pelo qual essa parcela é objeto de diferimento da tributação pelo imposto de renda das pessoas jurídicas e contribuição social sobre o lucro líquido. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. *Impostos diferidos:* O imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de água ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. 2.22 **Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **Redução fiscal - Imposto de renda sobre o lucro da exploração:** A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, para os anos fiscais de 2009 a 2018 calculados sobre o lucro da exploração decorrente da edificação de navios e plataformas (Processamento de Aço até 160 mil t/ano). Quando existente, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício será transferida, ao final de cada exercício social, da conta lucro do exercício para reserva de imposto de renda - reserva de lucros. **Isenções fiscais:** A Companhia é beneficiária das seguintes isenções fiscais: a) **RECAP - Regime especial de aquisição de bens de capital para empresas exportadoras:** Previsto na Lei nº 11.196/05 o benefício fiscal consiste na desoneração do PIS e da COFINS suspensos nas aquisições de bens de capital nacionais ou importados, incluídos no "RECAP", destinados a estaleiros e exportadores preponderantes com objetivo de serem registrados no ativo imobilizado ou utilizados no processo industrial. O RECAP é restritivo aos itens conforme lista de NCM prevista nos Decretos nºs 5.788/2006 e 6.581/2008. b) **AFRMM - Adicional ao Frete para renovação da Marinha Mercante:** Previsto na Lei nº 9.808/1999, o benefício fiscal tem vigência até dezembro de 2015, e consiste na isenção do pagamento do adicional ao frete para renovação da marinha mercante, nas importações de produtos em geral. Concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, através da Portaria nº 126/07. O benefício fiscal não foi renovado pelo Governo Federal. c) **PRODINPE - Programa de desenvolvimento da indústria naval e de mecânica pesada associada do Estado de Pernambuco:** Previsto na Lei nº 12.710/04, beneficia a Companhia com isenção ou diferimento do ICMS, nas aquisições de insumos para o processo produtivo, bens para o ativo imobilizado industrial, materiais para construção e seus respectivos fretes, originários do próprio Estado de Pernambuco ou importados. d) **Redução da alíquota do ISS - Imposto sobre serviços de qualquer natureza e do IPTU - Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana:** O município de Ipojuca, através da Lei nº 1.472/07 (com alterações pela Lei nº 1.550/10), específica para empreendimentos de construção naval, concedeu a redução de 60% sobre a alíquota do ISS próprio e retidos de serviços de terceiros relacionados à operação e 50% sobre a alíquota do IPTU, pelo período de 10 anos, iniciando-se em 11 de setembro de 2007. e) **Drawback e aquisição de insumos nacionais:** Previsto na Portaria SECEX 23/2011, há o benefício da suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/Imposto de Importação) na importação de insumos para o processo produtivo, de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente. Há também a suspensão do IPI e PIS/COFINS na aquisição de insumos nacionais para industrialização de navios, prevista na Lei nº 11.774/08, e para plataformas prevista na Lei nº 10.865/04 (Exportador Preponderante) e Decreto nº 7.212/10. f) **Instrução Normativa nº 513/2005 da SRF:** Regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro na Aquisição de Matérias-Primas e Insumos para Plataformas, destinadas à pesca e lavra de jazidas de petróleo e gás natural em construção ou conversão no País, contratadas por empresas sediadas no exterior, permite a aquisição no mercado interno ou externo com a suspensão de todos os tributos federais (IPI/PIS/COFINS/Imposto de Importação), de acordo com o Ato Concessório aprovado antecipadamente pela Receita Federal. g) **Ex-tarifário:** Na importação de máquinas e equipamentos para o ativo imobilizado, há a redução da alíquota do imposto de importação para 2%, após a aprovação do ex-tarifário (Resolução CAMEX 35/2006). h) **Receitas auferidas:** Nas receitas apuradas na construção naval, não são tributadas pelo PIS e COFINS, em função de algumas operações serem caracterizadas como exportação e, em outros casos, como embarcações pré-registradas no REB (MP 2.158-35/2001). i) **Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra):** O Reintegra é um regime especial tributário que beneficia a pessoa jurídica produtora que efetue exportação de bens manufaturados, possibilitando-lhe apurar valor para fins de ressarcir, parcial ou integralmente, em forma de compensação ou restituição em dinheiro o resíduo tributário federal existente na cadeia de produção. A nova normativa prevê que benefício do Reintegra poderá ser entre 0,1% e 3% sobre a receita de exportação auferida. 2.23 **Apuração do resultado:** O resultado das outras receitas e despesas operacionais é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. 2.24 **Prejuízo por ação:** O resultado básico por ação é calculado dividindo o prejuízo do exercício atribuído aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações existentes no exercício. 2.25 **Receitas e despesas financeiras:** Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira, aplicações financeiras, operações com derivativos, e juros sobre pagamentos em atraso de fornecedores e impostos. 2.26 **Demonstração do valor adicionado - DVA:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação complementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. 2.27 **Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas:** O IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2016 ou após. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Financeiras da adoção destas normas: • Emissão da norma IFRS 9 - Instrumentos financeiros. Substitui a norma IAS 39 e endereça algumas questões sobre a aplicação da norma e introduz o conceito de "valor justo contra os resultados abrangentes" para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida, além de incluir requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionados ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos e contabilidade de hedge. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2018. • Revisão da norma IFRS 11 - Acordos de compartilhamento. Aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2016. • Revisão das normas IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização. • Emissão da norma IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes. Estabelece princípios de reconhecimento de receita e divulgação de informações sobre a natureza, montante, prazos e incertezas de receitas e fluxos de caixa que se originem de contratos com clientes de uma entidade. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após

1/01/2018. • Revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34 - Melhoria anual das IFRS. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2016. • Revisão da norma IAS 1 - Iniciativas de divulgação. Aborda alterações no conjunto de informações das demonstrações financeiras de uma entidade. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2016. • Emissão da norma IFRS 16 - Arrendamento. Estabelece aspectos de reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamentos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. • Revisão da norma IAS 12 - Imposto de Renda. Aborda o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo para diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2017. Revisão da norma IAS 7 - Fluxo de Caixa. Aborda alterações na divulgação de passivos de atividades de financiamento. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2017.

5. Contas a Receber

Controladora e consolidado:

| Projeto | 31/12/2015 | | | | | 31/12/2014 | | | | |
|-----------------------------------|---------------------------|------------------------------------|---------------------------------|-------------------|-----------------|---------------------------|------------------------------------|---------------------------------|-------------------|-----------------|
| | Saldo de contas a receber | Saldo de adiantamentos de clientes | Receita do contrato reconhecida | Resultados Custos | Resultado bruto | Saldo de contas a receber | Saldo de adiantamentos de clientes | Receita do contrato reconhecida | Resultados Custos | Resultado bruto |
| Divisão Navios | 217.817 | 112.366 | 484.596 | (567.001) | (82.405) | 592.985 | 88.211 | 490.527 | (730.168) | (239.641) |
| Divisão Offshore | - | 991.770 | 96.933 | (84.361) | 12.572 | - | 1.088.700 | 246.451 | (79.174) | 167.277 |
| Outros | 9.147 | - | - | - | - | 23.071 | - | - | - | - |
| Depreciação | - | - | - | (51.612) | (51.612) | - | - | - | (48.459) | (48.459) |
| Provisão para Devedores Duvidosos | (1.358) | - | - | - | - | (1.358) | - | - | - | - |
| Total Controladora | 225.606 | 1.104.136 | 581.529 | (702.974) | (121.445) | 614.698 | 1.176.911 | 736.978 | (857.801) | (120.823) |
| Divisão Offshore | - | (991.788) | 17.479 | (81.273) | (63.794) | - | 502.653 | 1.164.913 | (991.626) | 173.287 |
| Total Consolidado | 225.606 | 112.348 | 599.008 | (784.247) | (185.239) | 614.698 | 1.679.564 | 1.901.891 | (1.849.427) | 52.464 |

As contas a receber são reconhecidas com base no custo mais margem prevista nos contratos de venda acordados com os clientes. Quando há indicativo de deterioração de margem, os cálculos da apuração do resultado naval são revisados e provisões para contratos onerosos são constituídas com base na estimativa de custos a incorrer até a entrega dos projetos. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía um saldo de provisões para contratos onerosos no valor total de R\$ 22.178 (2014: R\$ 91.500). Temos a receber o montante de R\$ 32 MM que foram retidos referentes aos Navios 06 e 07, para os quais já apresentamos informações e documentações solicitadas pelo cliente, que encontram-se em análise. Com base no andamento das análises e no histórico, a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas.

6. Estoques

| Adiantamento a fornecedores estrangeiros | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Adiantamento a fornecedores nacionais | 313.296 | 253.552 | 316.800 | 1.144.228 |
| Matérias-primas | 20.025 | 24.005 | 20.025 | 24.005 |
| Materiais de manutenção | 130.110 | - | 130.110 | - |
| Materiais de consumo | 3.398 | - | 3.398 | - |
| (-) Provisão para perda de adiantamentos | 8.742 | 3.492 | 8.742 | 3.492 |
| Total | (3.101) | (3.101) | (3.101) | (3.101) |
| Ativo circulante | 472.470 | 277.948 | 475.974 | 1.168.624 |
| Ativo não circulante | 352.403 | 229.417 | 352.403 | 229.417 |
| Total | 120.067 | 48.531 | 123.571 | 939.207 |

Os adiantamentos efetuados para fornecedores estrangeiros são basicamente para aquisições de equipamentos de carga e lastro de navios, leme, âncoras, caldeiras e chapas de aço. A variação ocorrida no saldo consolidado, entre 2014 e 2015 refere-se à baixa integral dos adiantamentos efetuados aos fornecedores de equipamentos para a construção de 7 plataformas de perfuração, em função do término contratual com a Sete Brasil, ver nota explicativa nº 32. O aumento nos estoques de matérias-primas deve-se basicamente à aquisição de partes significativas de eq uipamentos e materiais para a construção dos Navios 09 e 10, os quais serão utilizados em grande parte no ano de 2016. Visto que após as melhorias de produtividade a construção será executada em menor prazo, o que resultou na necessidade antecipada de aquisição de materiais e equipamentos, tais como motor, chapas, válvulas, tubulações etc. No ano de 2014 esses materiais foram adquiridos e utilizados durante o próprio exercício, portanto, não resultando em saldo de estoques no final do exercício.

7. Impostos a Recuperar

| Circulante | Controladora e consolidado | |
|--|----------------------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| PIS a recuperar (a) | 9.010 | 9.933 |
| COFINS a recuperar (a) | 8.910 | 15.076 |
| Imposto de renda | 6.249 | 7.776 |
| Contribuição social | 100 | 451 |
| IPI a recuperar | 1.384 | 1.365 |
| Outros | 20 | 19 |
| Subtotal | 25.673 | 34.620 |
| Não circulante | | |
| PIS a compensar (ativo imobilizado) (a) | 5.321 | 5.313 |
| COFINS a compensar (ativo imobilizado) (a) | 60.932 | 65.899 |
| Reintegra (a), (b) | 45.739 | 42.939 |
| INSS s/faturamento | 2.448 | 4.831 |
| Outros | 3.370 | 3.370 |
| Subtotal | 117.810 | 122.352 |
| Total | 143.483 | 156.972 |

(a) De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, os créditos de PIS e COFINS a recuperar e a compensar sobre a aquisição de imobilizado (edificações), insumos e serviços aplicados na produção e Reintegra serão compensados com tributos federais a pagar, tais como imposto de renda e contribuição social, e demais tributos retidos na fonte sobre a folha de pagamento de salários (IRRF) e serviços terceirizados, como o IRRF e PIS/COFINS/CSLL. (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.23i, a Companhia atendeu aos requisitos para obter o ressarcimento do Reintegra relativo aos projetos relacionados à exportação, representados pela construção da plataforma P-55 e dos cascos dos navios 001 (João Cândido), 002 (Zumbi dos Palmares), e 005 (André Rebouças) finalizados dentro do prazo de vigência do benefício.

3. **Controladas da Companhia**
A Companhia possui investimento no EAS Inc, empresa situada no Panamá a qual detém 100% do seu capital social total e votante, a qual foi incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor de participação dos acionistas não controladores é calculado e demonstrado separadamente. Ver nota explicativa nº 12.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

| Caixa e bancos | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Aplicações financeiras: | | | | |
| Aplicações automáticas (a) | 14.500 | 3.779 | 15.129 | 25.224 |
| Títulos de renda fixa (b) | 124.278 | 208.640 | 125.057 | 240.493 |
| Saldo líquido | 139.805 | 214.124 | 141.220 | 267.732 |

(a) Trata-se de aplicações automáticas com taxas de remuneração diárias que variam entre 20% a 30% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e variação cambial mais remuneração entre 0,10% a 0,18% a.a. (b) Refere-se a títulos de renda fixa cujas taxas de remuneração anual variaram de 75% a 102% (2014, 75% a 104%) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações têm compromisso de recompra e podem ser resgatadas a qualquer momento, estando sujeitas a risco insignificante de mudança no valor.

8. Despesas Antecipadas

| | Controladora e consolidado | |
|----------------------|----------------------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Seguros e fianças | 7.436 (1) | 10.395 |
| Serviços a apropriar | - | 298 |
| Total | 7.436 | 10.693 |
| Ativo circulante | 6.462 | 7.980 |
| Ativo não circulante | 974 | 2.713 |

Seguros e fianças compostas substancialmente por: (1) Seguro garantia, modalidade executante construtor "Performance Bond" e fianças bancárias para garantia do valor dos adiantamentos recebidos da Petrobras Transportes S.A. - Transpetro, seguro "Builder's Risk" para as embarcações Suezmax e seguro garantia.

9. Encargos Financeiros BNDES

| | Controladora e consolidado | |
|-------------------------------------|----------------------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Encargos financeiros BNDES | 53.168 | 69.799 |
| Rendimentos de aplicação financeira | (5.913) | (5.493) |
| Total | 47.255 | 64.306 |
| Ativo circulante | 42.977 | 57.878 |
| Ativo não circulante | 4.278 | 6.428 |

Os encargos financeiros são representados por juros e variações cambiais incidentes sobre os contratos de financiamentos da construção dos navios, os quais, por força de cláusulas contratuais, serão assumidos pelo cliente Petrobras Transportes S.A. - Transpetro, quando da entrega das embarcações encomendadas. Estão líquidos dos rendimentos das aplicações financeiras vinculadas aos contratos de construção.

10. Investimento Temporário

| | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | |
|--|------------|------------|------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Banco Bradesco - Garantia Contratual (a) | 49.006 | 48.919 | | |
| Fundo Garantidor da Construção Naval (b) | 4.702 | 4.613 | | |
| Total | 53.708 | 53.532 | | |

(a) Refere-se ao depósito efetuado no Banco Bradesco S.A. no montante de US\$ 13.048, equivalentes a R\$ 46.783 (2014: R\$ 33.131) e R\$ 2.223 (2014: R\$ 15.788), referente à cláusula contratual de repactuação do período de amortização da dívida do financiamento contraído junto ao BNDES para construção das instalações da Companhia. De acordo com a referida cláusula contratual, a repactuação do período de amortização da dívida junto ao BNDES, somente ocorrerá mediante a efetivação do depósito em conta-corrente referente ao valor de, no mínimo, 6 meses do serviço da dívida do contrato, incluindo pagamento do principal e juros. (b) Referem-se a quotas do Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN.

11. Imposto de Renda e Contribuição Social

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social: A Companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 2.538.095 (2014: R\$ 2.226.191), controladora e consolidado, para os quais não constituiu imposto diferido ativo.

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social | (379.244) | (329.639) | (379.244) | (329.639) |
| Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação | 128.943 | 112.077 | 128.943 | 112.077 |
| Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado do exercício: | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 50.029 | 59.212 | - | - |
| Créditos fiscais não constituídos | (101.374) | (153.955) | (101.374) | (153.955) |
| Outros | (77.598) | (17.334) | (27.569) | 41.878 |
| Total | - | - | - | - |

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, com a promulgação da Lei nº 11.638/07, a parcela correspondente ao incentivo de isenção/redução do imposto de renda passou a ser reconhecido no resultado. Ao final de cada exercício social, quando da distância de lucro tributável, a parcela correspondente a este incentivo é transferida para a respectiva conta de reserva de lucros (incentivo fiscal) no patrimônio líquido e não poderá ser distribuída aos acionistas, na forma de distribuição de resultado.

continua -*

| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado) | | | | | | | | | |
|---|--------------|----------------|------------------|--------------------|-------------------------------|-----------------------|--------------------------|--|--|
| 12. Investimentos em Empresas Controladas | | | | | | | | | |
| Controladas | País | Atividade | Situação | Quotas detidas | | Participação no | | | |
| | | | | (em milhares) | | capital votante | | | |
| | | | | 582.000 | 100% | 100% | | | |
| | | | | 3.000 | 100% | 100% | | | |
| As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir: | | | | | | | | | |
| Informações das investidas | | | | | | | | | |
| | Participação | Total do ativo | Total do passivo | Patrimônio líquido | Lucro (prejuízo) do exercício | Saldo do investimento | Equivalência patrimonial | | |
| 31 de dezembro de 2015 | | | | | | | | | |
| Consunav | 100% | 227 | 7 | 220 | - | - | - | | |
| EAS Inc. | 100% | 1.028.594 | 361.396 | 702.358 | 147.144 | 702.358 | 147.144 | | |
| Totais | | | | | | 702.358 | 147.144 | | |
| 31 de dezembro de 2014 | | | | | | | | | |
| Consunav | 100% | 227 | 7 | 220 | - | - | - | | |
| EAS Inc. | 100% | 2.076.014 | 1.699.205 | 376.809 | 174.155 | 376.809 | 174.155 | | |
| Totais | | | | | | 376.809 | 174.155 | | |
| A movimentação dos investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais é como segue: | | | | | | | | | |
| EAS Inc. | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2013 | | | | | | | | | |
| Equivalência patrimonial | | | | | | | | | |
| Ajuste de conversão de investimento no exterior | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2014 | | | | | | | | | |
| Equivalência patrimonial | | | | | | | | | |
| Ajuste de conversão de investimento no exterior | | | | | | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2015 | | | | | | | | | |
| 13. Imobilizado | | | | | | | | | |
| Taxas anuais de depreciação | | | | | | | | | |
| Controladora e consolidado | | | | | | | | | |
| 31/12/2015 | | | | | | | | | |
| 31/12/2014 | | | | | | | | | |
| Depreciação | | | | | | | | | |
| Custo | | | | | | | | | |
| Saldo líquido | | | | | | | | | |
| Saldo líquido | | | | | | | | | |
| Terrenos | | | | | | | | | |
| Edificações | | | | | | | | | |
| Benefeitorias | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | | | | | | | | |
| Móveis e utensílios | | | | | | | | | |
| Ferramentas | | | | | | | | | |
| Instalações | | | | | | | | | |
| Veículos | | | | | | | | | |
| Equipamentos de informática | | | | | | | | | |
| Juros sobre financiamento | | | | | | | | | |
| Adiantamento a fornecedores | | | | | | | | | |
| Obras em andamento | | | | | | | | | |
| Total controladora | | | | | | | | | |
| EAS Inc. (Móveis e utensílios) | | | | | | | | | |
| Total consolidado | | | | | | | | | |
| No exercício de 2014 e 2015, a Companhia efetuou a revisão da vida útil dos ativos e concluiu que a taxa utilizada não sofreu nenhuma alteração. A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir: | | | | | | | | | |
| Saldos em | | | | | | | | | |
| Adições | | | | | | | | | |
| Transfe-rências | | | | | | | | | |
| Saldos em | | | | | | | | | |
| Adições | | | | | | | | | |
| Baixa | | | | | | | | | |
| Transfe-rências | | | | | | | | | |
| Saldos em | | | | | | | | | |
| Custo | | | | | | | | | |
| Terrenos | | | | | | | | | |
| Edificações | | | | | | | | | |
| Benefeitorias | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | | | | | | | | |
| Móveis e utensílios | | | | | | | | | |
| Ferramentas | | | | | | | | | |
| Instalações | | | | | | | | | |
| Veículos | | | | | | | | | |
| Equipamentos de informática | | | | | | | | | |
| Juros sobre financiamento | | | | | | | | | |
| Adiantamento a fornecedores | | | | | | | | | |
| Obras em andamento | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| Depreciação | | | | | | | | | |
| Edificações | | | | | | | | | |
| Benefeitorias | | | | | | | | | |
| Máquinas e equipamentos | | | | | | | | | |
| Móveis e utensílios | | | | | | | | | |
| Ferramentas | | | | | | | | | |
| Instalações | | | | | | | | | |
| Veículos | | | | | | | | | |
| Equipamentos de informática | | | | | | | | | |
| Juros sobre financiamento | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| Saldos líquidos - Controladora | | | | | | | | | |
| Outros ativos imobilizados | | | | | | | | | |
| Depreciação dos outros ativos | | | | | | | | | |
| Saldos líquidos - Consolidado | | | | | | | | | |
| (*) Transferido para bens destinados à venda. | | | | | | | | | |
| Obras em andamento: As obras em andamento referem-se, principalmente, às obras de construção dos galpões, aquisição de máquinas e construção do cais norte. Capitalização de juros: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi capitalizado o montante de R\$ 3.393 (2014, R\$ 5.112) referente aos juros e variação cambial dos financiamentos destinados à construção do Estaleiro. Esses encargos são relativos aos empréstimos obtidos junto ao BNDES e Banco do Brasil destinados à construção das instalações físicas da Companhia. A capitalização vem sendo interrompida quando os referidos ativos começam a operar. Os empréstimos para construção do estaleiro possuem um propósito específico, ou seja, todos os recursos são aplicados nas referidas obras civis e por consequência todos os encargos referentes ao mesmo correspondem ao efetivo custo de construção do ativo imobilizado. Em virtude dos contratos de financiamentos realizados, a totalidade dos bens do ativo imobilizado estão dados em garantia dos referidos empréstimos. | | | | | | | | | |
| 14. Intangível | | | | | | | | | |
| Taxas anuais de amortização | | | | | | | | | |
| Controladora e consolidado | | | | | | | | | |
| 31/12/2015 | | | | | | | | | |
| 31/12/2014 | | | | | | | | | |
| Software | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | |
| Intangível em andamento | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| Controladora e consolidado | | | | | | | | | |
| Saldos em 31/12/2014 | | | | | | | | | |
| Adições | | | | | | | | | |
| Baixas | | | | | | | | | |
| Transferências | | | | | | | | | |
| Saldos em 31/12/2015 | | | | | | | | | |
| Software (a) | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | |
| Intangível em andamento (b) | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| Amortização | | | | | | | | | |
| Software | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| Saldos em 31/12/2013 | | | | | | | | | |
| Adições | | | | | | | | | |
| Baixas | | | | | | | | | |
| Transferências | | | | | | | | | |
| Saldos em 31/12/2014 | | | | | | | | | |
| Software (a) | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | |
| Intangível em andamento (b) | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| Amortização | | | | | | | | | |
| Software | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| (a) Os softwares são partes independentes de seus respectivos hardwares e referem-se, basicamente, ao sistema ERP (SAP) utilizado pela Companhia e outros softwares e aplicativos utilizados para suporte no desenvolvimento de projetos, desenhos e construção dos | | | | | | | | | |
| navios e plataformas; (b) O intangível em andamento reflete basicamente o investimento efetuado na atualização do software utilizado atualmente pela Companhia, visando torná-lo totalmente integrado entre as áreas de operação e administração da Companhia. | | | | | | | | | |
| 15. Saldos e Transações com Partes Relacionadas | | | | | | | | | |
| Transações | | | | | | | | | |
| Saldos patrimoniais | | | | | | | | | |
| Passivo não circulante | | | | | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | | | | | |
| Adiantamento de clientes | | | | | | | | | |
| Mútuo | | | | | | | | | |
| Controladas | | | | | | | | | |
| EAS International Corp | | | | | | | | | |
| Acionistas | | | | | | | | | |
| Camargo Corrêa Naval | | | | | | | | | |
| Participações Ltda. | | | | | | | | | |
| Queiroz Galvão Naval S/A | | | | | | | | | |
| Outras partes relacionadas | | | | | | | | | |
| CCI Construções Offshore S.A. | | | | | | | | | |
| Total Controladora em | | | | | | | | | |
| 31 de dezembro de 2015 | | | | | | | | | |
| Total Controladora em | | | | | | | | | |
| 31 de dezembro de 2014 | | | | | | | | | |
| CCI Construções Offshore S.A. | | | | | | | | | |
| Total Consolidado em | | | | | | | | | |
| 31 de dezembro de 2015 | | | | | | | | | |
| Total Consolidado em | | | | | | | | | |
| 31 de dezembro de 2014 | | | | | | | | | |
| (a) Trata-se de adiantamento por conta da construção de DRU's. (b) Mútuo com Acionistas sem remuneração. | | | | | | | | | |
| Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia: A remuneração total paga aos administradores totalizou R\$ 5.072 (2015, R\$ 8.012). A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios não atrelados à vigência do contrato de trabalho. | | | | | | | | | |
| 16. Fornecedores | | | | | | | | | |
| Controladora | | | | | | | | | |
| Consolidado | | | | | | | | | |
| 31/12/2015 | | | | | | | | | |
| 31/12/2014 | | | | | | | | | |
| 31/12/2015 | | | | | | | | | |
| 31/12/2014 | | | | | | | | | |
| Serviços contratados | | | | | | | | | |
| Matéria-prima | | | | | | | | | |
| Outros | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | | | | | |
| Passivo não circulante | | | | | | | | | |
| 17. Empréstimos e Financiamentos | | | | | | | | | |
| * Refere-se à taxa efetiva dos juros incidentes sobre os empréstimos. | | | | | | | | | |
| Indexador (*) | | | | | | | | | |
| Controladora e consolidado | | | | | | | | | |
| 2015 | | | | | | | | | |
| 2014 | | | | | | | | | |
| 31/12/2015 | | | | | | | | | |
| 31/12/2014 | | | | | | | | | |
| BNDES - Obras do estaleiro | | | | | | | | | |
| Banco Itaú S.A. - Arrendamento mercantil | | | | | | | | | |
| Banco do Brasil | | | | | | | | | |
| FINEP | | | | | | | | | |
| FINAME | | | | | | | | | |
| Aplicados aos navios: | | | | | | | | | |
| BNDES - Financiamento de navios | | | | | | | | | |
| Aplicados como capital de giro: | | | | | | | | | |
| Banco Itaú S.A. | | | | | | | | | |
| NCE - Nota de Crédito de Exportação | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| Saldo de custos de transação a amortizar | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | | | | | |
| Passivo não circulante | | | | | | | | | |
| 1) Os financiamentos referem-se à construção do estaleiro e de navios, estando sujeitos à atualização diária pelo índice de variação da taxa de câmbio do dólar norte-americano e pela TJLP. Sobre o saldo principal destes financiamentos incidem juros contratuais de 2,5% a 5% ao ano, e possuem seu valor de mercado equivalentes ao seu valor contábil. 2) Os financiamentos destinados à construção do estaleiro estão garantidos por: (a) aval parcial dos acionistas da Companhia; (b) carta de fiança expedida para obtenção de repactuações do período de amortização do financiamento; (c) hipoteca do imóvel para implantação do estaleiro; (d) gravames relativos a construções, instalações, máquinas e equipamentos; e (e) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3) Os empréstimos destinados a financiar a construção dos navios possuem carência de pagamento durante o período de construção e serão assumidos pela Petrobras Transportes S.A. - Transportes após a assinatura do Termo de Entrega e Aceitação das Embarcações e são garantidos pela alienação fiduciária das embarcações, penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia e seguro de performance. 4) Os arrendamentos mercantis estão garantidos pelos bens os quais deram origem. 5) O objetivo do financiamento é o desenvolvimento tecnológico, absorção de tecnologia e inovação de produtos e processos ligados aos segmentos naval e offshore. A taxa de juros é fixada em 4% a.a. e possui prazo de carência de 20 meses e amortização em 81 parcelas. 6) Nota de Crédito de Exportação emitida pela Companhia em favor do Banco Mizuho para financiamento de exportação de equipamentos e construção dos navios. As parcelas vencíveis em longo prazo estão conforme demonstrado a seguir: | | | | | | | | | |
| Controladora e consolidado | | | | | | | | | |
| 31/12/2015 | | | | | | | | | |
| 31/12/2014 | | | | | | | | | |
| 2016 | | | | | | | | | |
| 2017 | | | | | | | | | |
| 2018 | | | | | | | | | |
| 2019 | | | | | | | | | |
| 2020 em diante | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas: | | | | | | | | | |
| Controladora e consolidado | | | | | | | | | |
| 2.226.458 | | | | | | | | | |
| Captações | | | | | | | | | |
| 533.964 | | | | | | | | | |
| Variações monetárias, cambiais e juros | | | | | | | | | |
| 199.756 | | | | | | | | | |
| Amortização de juros | | | | | | | | | |
| (185.940) | | | | | | | | | |
| Pagamento de principal | | | | | | | | | |
| (499.249) | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | | | | | | | | | |
| 2.274.989 | | | | | | | | | |
| Captações | | | | | | | | | |
| 280.974 | | | | | | | | | |
| Variações monetárias, cambiais e juros | | | | | | | | | |
| 283.657 | | | | | | | | | |
| Amortização de juros | | | | | | | | | |
| (261.657) | | | | | | | | | |
| Pagamento de principal | | | | | | | | | |
| (645.673) | | | | | | | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | | | | | | | | | |
| 1.932.290 | | | | | | | | | |
| "Covenants" contratuais: Conforme contratos de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2. O serviço da dívida (SD) é o montante da dívida de longo prazo efetivamente pago a título de amortização de principal e juros excluídos, os valores de principal e juros decorrentes de financiamentos contraídos pela beneficiária para a construção dos navios, plataformas etc. O ICSD é encontrado a partir do EBITDA dividido pelo SD. Conforme contrato, o índice ICSD ficando acima de 1,2 haverá a redução dos juros. No exercício findo em 2015 e 2014, a taxa de juros foi de 5% em função da Companhia não ter atingido o índice. No caso do Banco do Brasil, além do covenant acima, a Companhia deve manter o índice de alavancagem da estrutura patrimonial (dívida/patrimônio líquido) não superior a 3,75 vezes, durante a vigência do contrato. A dívida líquida corresponde ao somatório de todas as dívidas financeiras, inclusive mútuos e obrigações, excetuando os valores de principal e juros decorrentes de financiamentos contraídos pela financiada para a construção dos navios, plataformas, etc. na qual exista o pagamento ou assunção pelo armador da dívida oriunda dos financiamentos contraídos pela Companhia após o término da construção. Em caso de descumprimento deste índice é requerido o suporte dos acionistas. No contrato de financiamento vigente já consta o Equity Support Agreement - ESA, por descumprimento deste índice. | | | | | | | | | |
| 18. Debêntures | | | | | | | | | |
| Em junho de 2014, a Companhia efetuou oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos para emissão de 22.000 debêntures, de R\$ 220.000, em série única, simples, nominativas e escriturais, e não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fidejussória. As debêntures têm prazo de vencimento final em 14 de julho de 2019, e serão remuneradas por 100% dos Depósitos Interfinanceiros - DIs, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, capitalizada de uma sobretaxa de 2,00% ao ano, calculadas de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos. | | | | | | | | | |
| Encargos financeiros | | | | | | | | | |
| Vencimento | | | | | | | | | |
| 31/12/2015 | | | | | | | | | |
| 31/12/2014 | | | | | | | | | |
| Santander | | | | | | | | | |
| CDI + 2,00% a.a. Julho de 2019 | | | | | | | | | |
| 116.019 | | | | | | | | | |
| 116.357 | | | | | | | | | |
| Bradesco BBI | | | | | | | | | |
| CDI + 2,00% a.a. Julho de 2019 | | | | | | | | | |
| 118.019 | | | | | | | | | |
| 116.357 | | | | | | | | | |
| Total das debêntures | | | | | | | | | |
| 236.038 | | | | | | | | | |
| 232.714 | | | | | | | | | |
| Saldo de custos transação amortizar | | | | | | | | | |
| (1.251) | | | | | | | | | |
| (1.609) | | | | | | | | | |
| Total | | | | | | | | | |
| 234.787 | | | | | | | | | |
| 231.105 | | | | | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | | | | | |
| 47.110 | | | | | | | | | |
| 11.105 | | | | | | | | | |
| Passivo não circulante | | | | | | | | | |
| 187.677 | | | | | | | | | |
| 220.000 | | | | | | | | | |

| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado) | | | | | |
|--|--------------------------|-----------------------------------|-------------------------|----------------------|---------|
| O valor nominal unitário acrescido de juros em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 236.038 (2014: R\$ 232.714). Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas do não circulante têm vencimentos nos seguintes exercícios: | | | | | |
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | | | |
| 2016 | - | 31.429 | | | |
| 2017 | 62.559 | 62.857 | | | |
| 2018 | 62.559 | 62.857 | | | |
| 2019 | 62.559 | 62.857 | | | |
| Total | 187.677 | 220.000 | | | |
| As mutações das debêntures estão assim apresentadas: | | | | | |
| Controladora e Consolidado | | | | | |
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | - | - | | | |
| Captações | 220.000 | 220.000 | | | |
| Provisão de juros | 12.715 | 12.715 | | | |
| Comissões sobre as debêntures | (1.789) | (1.789) | | | |
| Amortização da comissão | 179 | 179 | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2014 | 231.105 | 231.105 | | | |
| Provisão de juros | 32.546 | 32.546 | | | |
| Amortização de juros | (29.222) | (29.222) | | | |
| Amortização da comissão | 358 | 358 | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2015 | 234.787 | 234.787 | | | |
| 19. Obrigações Trabalhistas e Encargos a Pagar | | | | | |
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | | | |
| INSS e FGTS a recolher | 2.878 | 6.030 | | | |
| Provisão para férias e encargos | 9.924 | 23.396 | | | |
| Outros | 1.276 | 3.095 | | | |
| Total | 14.078 | 32.521 | | | |
| 20. Impostos a Recolher | | | | | |
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | | | |
| ISS | 433 | 1.538 | | | |
| IRRF, retenções PIS, COFINS e CSLL | 909 | 112 | | | |
| Outros (impostos retidos) | 40 | 43 | | | |
| Total | 1.382 | 1.693 | | | |
| 21. Adiantamentos de Clientes | | | | | |
| Os adiantamentos de clientes da controladora são valores disponibilizados pela Petrobras Transportes S.A. - Transpetro, que correspondem a 5% do total dos contratos de compra e venda para construção das embarcações Suezmax e Aframax. Representam a diferença entre o total reconhecido de receita e o montante recebido de adiantamentos dos clientes em cada um dos projetos, cujos saldos encontram-se demonstrados na nota explicativa nº 5. Conforme comentado na nota explicativa nº 8, esses adiantamentos são garantidos por fianças contratadas junto à Instituições Financeiras. | | | | | |
| 22. Provisão para Riscos Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Ambientais | | | | | |
| A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue: | | | | | |
| Classificação dos processos, valores em 31/12/2015 (controladora e consolidado) | | | | | |
| | Remota | Possível | Provável | Total | |
| Cíveis | - | 42.569 | 13.858 | 56.427 | |
| Trabalhistas | 295 | 42.639 | 3.913 | 46.847 | |
| Tributárias | - | 7.709 | 119 | 7.828 | |
| Ambientais | 4 | - | - | 4 | |
| Total | 299 | 92.917 | 17.890 | 111.106 | |
| Classificação dos processos, valores em 31/12/2014 (controladora e consolidado) | | | | | |
| | Remota | Possível | Provável | Total | |
| Cíveis | 1.850 | 70.384 | 104 | 72.338 | |
| Trabalhistas | 682 | 20.005 | 5.246 | 25.933 | |
| Tributárias | 608 | 16.853 | 48 | 17.509 | |
| Ambientais | 3 | - | - | 3 | |
| Total | 3.143 | 107.242 | 5.398 | 115.783 | |
| Com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportado por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir: | | | | | |
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 | | | |
| | Controladora | Controladora e consolidado | | | |
| Cíveis | 13.858 | 104 | | | |
| Trabalhistas | 3.913 | 5.246 | | | |
| Tributárias | 119 | 48 | | | |
| Total | 17.890 | 5.398 | | | |
| Cíveis: A Companhia possui ação ordinária de cobrança com indenização por danos morais, materiais e lucros cessantes movida por ex-prestador de serviço no montante de R\$ 39.574, sob a suposta alegação de não cumprimento contratual, e ação ordinária por quebra contratual e cobrança de débitos no montante de R\$ 13.339. Adicionalmente, possui outros processos de reparação de danos e indenizações no montante de R\$ 14.386 (2014: R\$ 19.640). Baseada na opinião de seus assessores jurídicos de que a probabilidade de êxito nos processos é possível, a Administração da Companhia não constituiu provisões para perdas. Trabalhistas: A Companhia possui diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras) com perdas estimadas como possíveis e prováveis totalizando R\$ 46.552 (2014: R\$ 25.251). Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia constituiu provisão para fazer face à perdas prováveis no montante de R\$ 3.913. | | | | | |
| 23. Patrimônio Líquido | | | | | |
| a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2015, o capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 645.681 (2014: R\$ 459.681), dividido em 20.667.487,848 ações (2014: 2.067.487.848 ações) ordinárias nominativas sem valor nominal, assim distribuído: | | | | | |
| Acionista | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | | |
| | Ações | % | Ações | % | |
| Construções e Comércio | | | | | |
| Camargo Corrêa S.A. | 4.840.190 | 0,02% | 4.840.190 | 0,23% | |
| Construtora Queiroz Galvão S.A. | 5.053.949 | 0,02% | 5.053.949 | 0,24% | |
| Camargo Correa Naval | | | | | |
| Participações Ltda. | 6.884.322.426 | 33,31% | 684.322.426 | 33,10% | |
| Queiroz Galvão Naval S.A. | 6.884.108.666 | 33,31% | 684.108.666 | 33,09% | |
| Queiroz Galvão Desenvolvimento de Negócios S.A. | 1 | 0,00% | 1 | 0,00% | |
| Japan EAS Investimentos e Participações Ltda. | 6.889.162.616 | 33,33% | 689.162.616 | 33,33% | |
| Total | 20.667.487.848 | 100,00% | 2.067.487.848 | 100,00% | |
| Em 2015, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária os seguintes aumentos de capital: | | | | | |
| Data de AGE | Qtde. de ações | Valor | | | |
| 31/08/2015 | 18.600.000.000 | 186.000.000 | | | |
| Aumento de capital mediante a conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital. Os aumentos foram aprovados em 02 de março de 2015, no valor de R\$ 36.000.000, e 22 de maio de 2015 no valor de R\$ 150.000.000. As novas ações foram totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios Camargo Corrêa Naval Participações Ltda., Queiroz Galvão Naval S/A, e Japan EAS Investimentos e Participações Ltda., em 31 de agosto de 2015 pelo valor total de R\$ 186.000.000, mediante a emissão de 18.600.000.000 novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,01 por ação. b) Direito e características das ações: Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. As ações são indivisíveis perante a Companhia, a qual somente reconhecerá um único proprietário para cada ação. Os titulares das ações receberão, relativamente aos resultados do exercício social em que tiverem integralizado as ações emitidas em aumento de capital, dividendos proporcionais ao tempo da data da integralização e | | | | | |
| o término do exercício social, em relação ao qual foi deliberada a distribuição de dividendos. c) Reserva legal: Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. d) Reserva estatutária: Constituída mediante a apropriação de 20% do lucro líquido, após as destinações previstas em Lei, conforme disposto no estatuto social da Companhia. Conforme estatuto social, os valores retidos na conta de reserva estatutária não poderão ser distribuídos aos acionistas da Companhia como pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra forma, sem prévia anuência do BNDES, podendo no entanto, ser utilizados na integralização ou aumento de capital na Companhia, por deliberação dos acionistas. e) Reserva de lucros (incentivo fiscal): A reserva de lucros relativa ao incentivo fiscal refere-se à parcela de incentivo por redução do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída a acionistas, na forma de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio. Ver nota explicativa nº 11. f) Retenção de lucros: Em 2015 e 2014, a Administração da Companhia não propôs retenção de parcelas de lucros conforme previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, em função de ter auferido prejuízo. g) Dividendos: O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. | | | | | |
| 24. Receita de Construção Naval | | | | | |
| A receita de construção naval está apresentada na nota explicativa nº 5, e não contém deduções tendo em vista que a Companhia possui incentivos fiscais sobre o faturamento, não havendo incidência de impostos sobre tal receita, e inclui a recuperação de algumas perdas incorridas em anos anteriores. | | | | | |
| 25. Custos e Despesas por Natureza | | | | | |
| | Controladora | Controladora | Consolidado | Consolidado | |
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | |
| Natureza: | | | | | |
| Matérias-primas e materiais de consumo utilizados | (383.569) | (485.196) | (464.788) | (1.477.998) | |
| Salários e encargos | (275.424) | (320.236) | (277.221) | (320.629) | |
| Serviços e consultorias | (75.871) | (43.675) | (89.654) | (44.512) | |
| Depreciação e amortização | (65.248) | (60.819) | (65.270) | (60.832) | |
| Perdas com devedores diversos | - | (36.888) | - | (36.888) | |
| Perdas com ativos | - | (3.101) | - | (3.101) | |
| Manutenção | (5.928) | (11.722) | (6.000) | (11.815) | |
| Seguros e fianças | (13.877) | (13.048) | (13.978) | (13.165) | |
| Aluguéis | (3.188) | (5.158) | (3.358) | (5.321) | |
| Energia e água | (16.519) | (6.516) | (16.519) | (6.516) | |
| Provisão para contratos onerosos | (22.178) | (91.500) | (22.178) | (91.500) | |
| Outros (a) | (3.296) | 3.624 | 1.144.234 | 3.379 | |
| Total | (865.099) | (1.074.235) | 185.269 | (2.068.898) | |
| Classificados como: | | | | | |
| Custo da construção naval | (702.974) | (857.801) | (784.247) | (1.849.427) | |
| Custo de prestação de serviços | - | - | - | - | |
| Receitas (despesas) operacionais (a) | (162.125) | (216.434) | 969.516 | (219.471) | |
| Total | (865.099) | (1.074.235) | 185.269 | (2.068.898) | |
| (a) Os principais valores referem-se ao encerramento dos contratos DRU. Vide nota explicativa nº 32. | | | | | |
| 26. Resultado Financeiro Líquido | | | | | |
| | Controladora | Controladora | Consolidado | Consolidado | |
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | |
| Receitas financeiras | | | | | |
| Rendimento com aplicações financeiras | 9.337 | 8.142 | 10.039 | 14.200 | |
| Outras | 544 | 3.018 | 545 | 3.018 | |
| Subtotal | 9.881 | 11.160 | 10.584 | 17.218 | |
| Despesas financeiras | | | | | |
| Juros sobre empréstimos | (182.342) | (164.922) | (182.342) | (164.922) | |
| Outras | (26.977) | (11.071) | (27.209) | (13.277) | |
| Subtotal | (209.319) | (175.993) | (209.551) | (178.199) | |
| Variação cambial - líquida | | | | | |
| Variação cambial ativa | 74.504 | 78.042 | 60.729 | 95.766 | |
| Variação cambial passiva | (117.885) | (79.746) | (1.025.283) | (97.417) | |
| Subtotal | (43.381) | (1.704) | (964.554) | (1.651) | |
| Total | (242.819) | (166.537) | (1.163.521) | (162.632) | |
| 27. Instrumentos Financeiros | | | | | |
| Considerações gerais e políticas: A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê Financeiro da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada pelo Comitê Financeiro e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração. A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria da Companhia. Estrutura do gerenciamento de risco: Os principais passivos financeiros da Companhia, referem-se a empréstimos, debêntures e contas a pagar a fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. Os principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados em que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco. Em paralelo, as transações que envolvem operações de proteção no mercado de derivativos são regidas com base na política de administração de riscos aprovada pelo Conselho de Administração. A política de gestão de riscos impede a Companhia de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos. Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são: Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de riscos: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e instrumentos financeiros derivativos. As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida e derivativos e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos eles valores constantes e com base nas operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício. Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras, empréstimos e de debêntures. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros. Os instrumentos financeiros emitidos às taxas pré-fixadas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. O risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures de curto e longo prazos emitidos a taxas pós-fixadas. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI e os empréstimos e financiamentos e debêntures são corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, CDI, e taxas pré-fixadas, conforme contratos firmados com as instituições financeiras e por meio de negociações de valores mobiliários com investidores desse mercado. A Administração da Companhia entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na TJLP nos próximos 12 meses, levando em conta o histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco. Sensibilidade à taxa de juros: A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando o saldo aplicado em 31/12/2015 a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2016, conforme relatório FOCUS (mediana agregado - dezembro/2015): | | | | | |
| Ativos indexados ao CDI | | | | | |
| | Em 31/12/2015 | | Cenário provável | | |
| | Risco | Taxa a.a. | Saldos | Taxa a.a. | |
| | | | | Ganho/(perda) | |
| | | | | (*) | |
| Aplicações financeiras, líquidas de contas garantidas | Baixa do CDI | 14,14% | 138.778 | 13,57% | (785) |
| Passivos indexados ao CDI e TJLP | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | Alta do CDI | 14,14% | (347.145) | 14,75% | (2.118) |
| Empréstimos e financiamentos | Alta da TJLP | 7,00% | (1.322.933) | 7,50% | (6.615) |
| | | | | | (9.517) |
| (*) Cenário previsto foi considerando a taxa de CDI = 14,75% a.a., conforme relatório FOCUS (mediana 31 de dezembro de 2015). Para as aplicações financeiras foi considerada a média de aplicação a 94,5% do CDI. Risco de câmbio: O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (neste caso devido a alguns custos serem denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional). Risco de crédito: O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia. A Companhia não tem histórico de perdas devido, principalmente, só possuir dois clientes de grande porte do setor público. Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A Companhia tem à disposição linha de crédito no montante de R\$ 330.000, totalmente comprometidos no exercício findo de 2015, com as instituições financeiras abaixo descritas: | | | | | |
| | | | Liberação | Utilizados | |
| | | | 110.000 | 110.000 | |
| Bradesco | | | 110.000 | 110.000 | |
| Santander | | | 110.000 | 110.000 | |
| Mizuho | | | 110.000 | 110.000 | |
| Total | | | 330.000 | 330.000 | |
| Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado: Equivalentes de caixa: Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. Empréstimos e financiamentos: Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, exceto aqueles atrelados à taxa pré-fixada, aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude da TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada. Contas a receber e fornecedores: Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas. | | | | | |
| 28. Transações que não Afetaram o Caixa | | | | | |
| As seguintes transações não afetaram o fluxo de caixa da Companhia: | | | | | |
| | Controladora | Controladora | Consolidado | Consolidado | |
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 | |
| Encargos BNDES, líquidos (*) | 42.976 | 47.464 | | | |
| Imobilização de ativos mantidos para a venda | 703 | 3.621 | | | |
| Juros capitalizados ao ativo imobilizado | 3.389 | 5.112 | | | |
| Juros capitalizados ao ativo intangível | 5 | 43 | | | |
| (*) Trata-se de encargos financeiros (juros sobre empréstimos e variações cambiais) de empréstimos junto ao BNDES para construção dos navios, os quais serão assumidos pela Transpetro quando da entrega dos navios, conforme mencionado na nota explicativa nº 17, item 3. | | | | | |
| 29. Seguros | | | | | |
| A Companhia contratou Fianças Bancárias para assegurar o cumprimento das obrigações relacionadas aos adiantamentos concedidos pela Petrobras Transportes S.A. - Transpetro, Financiamento do BNDES, Finep e Juízo Vara Federal de PE. As fianças totalizam R\$ 196.030 (2014: R\$ 366.254), composto por: R\$ 65.507 para 5 navios do tipo Aframax; R\$ 93.316 para o financiamento do BNDES, R\$ 32.352 para o Finep e R\$ 4.855 para o Juízo Vara Federal de PE. Foram emitidas apólices de seguro garantia na modalidade Executante Construtor Naval (Performance Bond) para os 3 navios Suezmax, 5 navios Aframax, 2 Suezmax DP e 1 Aframax DP no montante de R\$ 745.854 (2014, R\$ 1.304.995), seguro de "Builder's Risks" para a construção de 3 navios Suezmax, no montante de R\$ 1.177.802 (2014, R\$ 2.420.766), além de seguro para transporte de materiais importados e nacionais. A Companhia também possui contratado seguro de Riscos Operacionais e Responsabilidade Civil, no montante de R\$ 1.011.442 (2014: R\$ 889.789), seguros com coberturas para o Cais, Prédios, Dique Seco, Maquinário, Móveis, Equipamentos, Lucros Cessantes e Responsabilidade Civil junto a terceiros. A Administração da Companhia entende que os valores cobertos pelas apólices contratadas em 31 de dezembro de 2015 são considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. | | | | | |
| 30. Compromissos Assumidos | | | | | |
| A Companhia tem compromissos relacionados a aquisições de ativos fixos e contratação de serviços para construção do cais norte e outros, com seguintes períodos de vencimento: | | | | | |
| | Ano de vencimento | R\$ | | | |
| | 2016 | 57.138 | | | |
| | 2017 | 50.682 | | | |
| 31. Operação Lava Jato e seus Reflexos na Companhia | | | | | |
| Em março de 2014, a Polícia Federal iniciou uma investigação - denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Companhia foi mencionada em um dos depoimentos da Operação Lava Jato por supostas irregularidades em contratos com a Petrobras. Em função dessas alegações, a Administração da Companhia realizou investigações internas, conduzidas por especialistas independentes, que não confirmaram tais alegações. No exercício de 2015 não temos conhecimento de nenhum evento sobre esse assunto. | | | | | |
| 32. Encerramento dos Contratos com a Sete Internacional GMBH e seus Reflexos na Companhia | | | | | |
| Em 4 de março de 2015, a subsidiária da Companhia, EAS International Inc. ("EAS Inc") notificou a Sete Brasil e suas Afiliadas ("SETE") quanto ao encerramento dos contratos de construção de 7 plataformas de perfuração (Drill Ship) ("Contratos EPC"), tendo em vista a inadimplência da SETE quanto ao pagamento dos valores devidos ao EAS Inc. nos termos dos referidos Contratos EPC após decorrido o correspondente período de cura. Tal notificação seguiu uma sequência de notificações anteriores em que o EAS Inc. cobrou a SETE a respeito dos valores em atraso e requisiu evidências quanto à sua capacidade de retomar os pagamentos, suspendendo, outrossim, os Contratos EPC e, consequentemente, os contratos com seus fornecedores. Neste sentido, em 20 de fevereiro de 2015 o EAS Inc. já havia enviado notificação a SETE, encerrando os Contratos EPC em função da falha da SETE em prover o EAS Inc. com tais evidências. Em 23 de março de 2015 a Companhia e o EAS Inc. celebraram um contrato de Stand Still com a SETE, iniciando negociações visando à solução das disputas relativas ao término dos Contratos EPC. No entanto o Stand Still foi encerrado pelo EAS Inc. A decisão da Companhia de encerrar os Contratos de EPC com a SETE levou em consideração sólidos fundamentos legais, bem como os aspectos financeiros e operacionais do contrato. O objetivo principal desta decisão foi evitar ainda maiores prejuízos à Companhia, seus parceiros e colaboradores, permitindo à Companhia | | | | | |

| Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado) | | |
|--|------------------|---|
| <p>que ajustasse sua estrutura considerando o novo fluxo de caixa, então impactado negativamente pelo não pagamento dos valores devidos pela SETE a partir de novembro de 2014. Ademais, importa ressaltar que o término dos Contratos EPC não impacta os demais projetos da Companhia, que continuam com suas operações regulares. Os Contratos EPC representavam R\$ 11.537.698 mil, sendo que desse total R\$ 5.237.291 mil já foram reconhecidos como receitas até 31 de dezembro de 2015. Nossas demonstrações financeiras, dessa forma, incluem todos os ajustes relacionados ao término do contrato, refletindo todos os efeitos decorrentes dos termos contratuais, com clientes e renegociação com fornecedores e prestadores de serviços, gerando um efeito líquido operacional de R\$ 1.147.530 mil e os efeitos de variação cambial passiva de R\$ 902.174 mil, sendo seus efeitos reconhecidos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015. Relacionamos abaixo os principais efeitos registrados nas demonstrações financeiras: 1) Reconhecimento de receita referente as medições aprovadas pelo cliente, o qual foi integralmente provisionado em devedores duvidosos; 2) Reconhecimento dos efeitos operacionais, sendo o reconhecimento de receita contratual bem como dos estoques e adiantamentos a fornecedores como custo, e reconhecimento integral dos valores devidos aos fornecedores, sendo que, até 31 de dezembro de 2015 a Companhia já havia logrado a resolução de aproximadamente 75% dos seus débitos em aberto com fornecedores, através de acordos devidamente autorizados pelos acionistas e firmados pela administração da empresa. As obrigações decorrentes de tais acordos foram reconhecidas em seu balanço patrimonial. Em relação aos débitos remanescentes com seus fornecedores, a Companhia efetuou o reconhecimento de suas obrigações em seu balanço patrimonial, no entanto, a Companhia segue com as negociações com esses fornecedores a fim que seja possível alcançar uma saída amigável para os valores cobrados. Em 31 de dezembro de 2015, o balanço patrimonial do EAS Inc. apresenta os seguintes saldos, sendo operações intercompany eliminadas:</p> | | |
| | R\$ mil | |
| Ativo | - | |
| Adiantamentos a terceiros | - | |
| Passivo | - | |
| Fornecedores | 329.739 | |
| Conselho de Administração | Diretoria | Contador |
| | | Elves Fábio Pereira Magalhães - CRC PE 15965/O-0 |
| Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras | | |
| <p>Srs. Acionistas, Conselheiros e Diretores do ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A. - Ipojuca - PE Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.</p> <p>Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.</p> <p>Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.</p> <p>Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria</p> | | |
| <p>que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Opinião Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada do ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).</p> <p>Ênfases <i>Reestruturação operacional e financeira</i> Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Administração da Companhia vem mantendo uma série de medidas de reestruturação operacional e financeira, buscando o restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL S.A. Conforme mencionado na nota explicativa nº 33, os acionistas aprovaram aporte de recursos necessários à manutenção das operações da Companhia, até que a mesma atinja a rentabilidade esperada, bem como a equalização do capital circulante líquido negativo. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto do sucesso dessas medidas e de contratações futuras de clientes.</p> | | |
| <p>Contratos com a Sete International GmbH Conforme mencionado na nota explicativa nº 32 às demonstrações financeiras, a Administração da controlada EAS Inc. decidiu pelo encerramento dos contratos com a Sete International GmbH e em função deste encerramento, iniciou processo de renegociação de contratos com fornecedores de materiais e serviços, tendo obtido sucesso com alguns fornecedores. As demonstrações financeiras incluem os efeitos decorrentes dos acordos concluídos, mas não incluem quaisquer ajustes relacionados aos fornecedores que não tiveram as renegociações concluídas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.</p> <p>Outros assuntos Demonstrações dos valores adicionados Examinamos, também, as demonstrações dos valores adicionados (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> | | |
| Recife, 30 de março de 2016 | | |
| <p>Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes CRC 2SP 011.609/O-8 "F" PE Ruti Amaral Ramos Bomfim Contadora CRC-1RJ nº 048.044/O-8 "T" BA</p> | | |

Deloitte.

(83096)

| COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO - CNC - CNPJ: 07.957.149/0001-02 - Relatório da Diretoria - Senhores Acionistas: em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, permanecendo à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Recife - PE. A Diretoria | | | | | |
|--|------------------|-------------------------------|---|----------------|----------------|
| BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | | | |
| ATIVOS | | PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 2015 | 2014 |
| CIRCULANTES | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 53.941 | 163.646 | CIRCULANTES | 52.474 | 18.574 |
| Contas a receber de clientes | 27.984 | 26.701 | Fornecedores | 57.860 | 68.873 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 9.630 | 1.302 | Empréstimos e financiamentos | - | 2.161 |
| Estoques | 55.186 | 46.722 | Instrumentos financeiros derivativos | 9.828 | 10.130 |
| Impostos a recuperar | 3.949 | 4.093 | Obrigações e encargos trabalhistas | 10.002 | 7.505 |
| Crédito a receber com parte relacionada | 4.901 | - | Impostos e contribuições a recolher | 12.284 | 11.326 |
| Outros créditos | 1.368 | 609 | Dividendos a pagar | 9.193 | - |
| Total dos ativos circulantes | 156.959 | 243.073 | Provisões fiscais | 1.524 | 1.800 |
| | | | Outras contas a pagar | 153.165 | 120.369 |
| NÃO CIRCULANTES | | | | | |
| Dépósitos judiciais | 165 | 44 | Empréstimos e financiamentos | 306.088 | 324.093 |
| Impostos a recuperar | 1.753 | 1.753 | Passivo fiscal diferido | 12.882 | 16.755 |
| Outros créditos | 980 | 141 | Outras contas a pagar | - | 497 |
| Imobilizado | 732.312 | 625.224 | Total dos passivos não circulantes | 318.970 | 341.345 |
| Intangível | 2.242 | 2.366 | | | |
| Diferido | 1.872 | 2.188 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | |
| Total dos ativos não circulantes | 739.324 | 631.716 | Capital social | 367.386 | 360.006 |
| | | | Reservas de lucros | 56.762 | 53.069 |
| | | | Total do patrimônio líquido | 424.148 | 413.075 |
| TOTAL DOS ATIVOS | 896.283 | 874.789 | TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 896.283 | 874.789 |
| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | | | |
| RECEITA LÍQUIDA | | RESULTADO FINANCEIRO | | 2015 | 2014 |
| RECEITA LÍQUIDA | 378.481 | 429.584 | Receitas financeiras | 113.857 | 92.033 |
| | | | Despesas financeiras | (149.368) | (113.574) |
| | | | Total | (35.511) | (21.541) |
| CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS | (245.907) | (256.047) | LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | 9.937 | 71.520 |
| LUCRO BRUTO | 132.574 | 173.537 | Imposto de renda e contribuição social correntes | (8.967) | (13.980) |
| RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS | | | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.873 | (10.660) |
| Despesas gerais e administrativas | (32.624) | (23.958) | Total | (5.094) | (24.640) |
| Despesas comerciais | (53.517) | (55.038) | LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | 4.843 | 46.880 |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | (985) | (1.480) | | | |
| Total | (87.126) | (80.476) | LUCRO LÍQUIDO POR QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - R\$ 1,00 | 0,01 | 0,14 |
| LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO | 45.448 | 93.061 | | | |
| As demonstrações financeiras completas estão disponíveis na sede da Companhia. Paulo Roberto Pessoa de Lima Junior - Contador - CRC-PE 023010/O-8 | | | | | |

(83092)

| CENTRO HOSPITALAR SÃO MARCOS S.A. CNPJ Nº 00.736.838/0001-48 | | | | | |
|--|--------------|----------------------|--|---------------|---------------|
| RELATÓRIO DA DIRETORIA - Prezados Acionistas: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetendo a apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2015. A Diretoria. | | | | | |
| BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais) | | | | | |
| Ativo | | 2015 | | 2014 | |
| Ativo circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 9 | Passivo circulante | | |
| Estoques | 54 | - | Fornecedores | 10 | 10 |
| Impostos a recuperar | 696 | 695 | Salários, provisões e encargos sociais | 590 | 943 |
| Despesas antecipadas | 4.445 | 4.433 | Obrigações fiscais | 2.863 | 2.971 |
| Outros | 341 | 209 | Tributos parcelados | 436 | - |
| Total do ativo circulante | 5.539 | 5.346 | Total do passivo circulante | 3.899 | 3.924 |
| Ativo não circulante | | | | | |
| Partes relacionadas | 83 | 1 | Passivo não circulante | | |
| Dépósitos judiciais | 381 | 381 | Partes relacionadas | 16.870 | 14.776 |
| Investimentos | 1.828 | 1.828 | Tributos parcelados | 12.364 | 13.983 |
| Imobilizado | 661 | 1.161 | Provisão para contingências | - | 607 |
| Total do ativo não circulante | 2.953 | 3.371 | Total do passivo não circulante | 29.234 | 29.366 |
| Total do ativo | 8.492 | 8.717 | Patrimônio líquido | | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais) | | | | | |
| RECEITA BRUTA | | 2015 | | 2014 | |
| RECEITA BRUTA | 154 | 193 | NOTAS EXPLICATIVAS | | |
| Deduções | (16) | (18) | 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da Centro Hospitalar São Marcos S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais. c) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2). | | |
| Receita líquida | 138 | 175 | CONTADOR | | |
| Custos e despesas operacionais | | | | | |
| Pessoal | (209) | (236) | Niló Cesar Braga de Almeida | | |
| Serviços de terceiros | (3) | - | CRC/RJ 068910/O-6 - CPF: 967.034.827-72 | | |
| Depreciação e Amortização | (500) | (353) | | | |
| Provisão para contingência | 607 | (607) | | | |
| Utilidades e serviços | (65) | (117) | | | |
| Outros custos e despesas operacionais | (34) | (953) | | | |
| Total dos custos e despesas operacionais | (204) | (2.266) | | | |
| Prejuízo antes do resultado financeiro | (66) | (2.091) | | | |
| Resultado financeiro, líquido | (2) | (304) | | | |
| Prejuízo do exercício | (68) | (2.395) | | | |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. | | | | | |
| DIRETORIA | | | | | |
| Pedro Junqueira Moll | | Paulo Junqueira Moll | | | |

(83085)

Consulte o nosso site:
www.cepe.com.br